

SUMÁRIO

NOTA À 9.ª EDIÇÃO	9
NOTA PRELIMINAR À 1.ª EDIÇÃO	11
ABREVIATURAS.....	19
1. DIREITO ELEITORAL	21
1.1 Introdução	21
1.2 Fontes do Direito Eleitoral.....	22
1.3 Direito Eleitoral substantivo e adjetivo	23
1.4 Ação e relação processual eleitoral	27
2. A JUSTIÇA ELEITORAL.....	33
2.1 Instituição da Justiça Eleitoral	33
2.2 Competência.....	35
2.3 Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	38
2.4 Tribunais Regionais (TRE).....	43
2.5 Juízes substitutos	47
2.6 Juízes eleitorais	47
2.7 Juntas eleitorais	50
2.8 Escrutinadores e auxiliares	51
2.9 Voto eletrônico.....	52
2.10 Ministério Público Eleitoral.....	53
3. DOS RECURSOS EM GERAL	55
3.1 Instâncias e recursos	55
3.2 Impugnação e recurso	55
3.3 Generalidades	58
3.4 Prazos	60

3.5	Preclusão e prescrição	61
3.6	Quem pode apresentar recursos eleitorais.....	67
3.7	Sustentação oral perante os tribunais.....	69
3.8	Representação	71
3.9	Reexame necessário (o antigo recurso <i>ex officio</i>)	74
3.10	Recurso de atos administrativos	75
3.11	Consultas.....	76
3.12	Ação rescisória.....	80
3.13	Do prejudgado	85
3.14	Conflito de jurisdição	86
3.15	Agravo regimental	87
3.16	Medidas cautelares.....	88
4.	INSTÂNCIA E RECURSO.....	91
4.1	Introdução	91
4.2	Recursos perante as juntas e os juízos eleitorais.....	92
4.3	Recursos perante os Tribunais Regionais Eleitorais.....	94
4.4	Hipóteses de cabimento de recurso especial.....	95
4.5	Hipóteses de cabimento de recurso ordinário	97
4.5.1	Inelegibilidade de candidato.....	100
4.5.2	Expedição de diploma	100
4.5.3	Anulação de diploma ou decretação da perda de mandatos eletivos federais ou estaduais	101
4.5.4	Denegação de <i>habeas corpus</i> , mandado de segurança, <i>habeas data</i> ou mandado de injunção.....	102
4.6	Prazo.....	103
4.7	Interposição por meio eletrônico	103
4.8	Recursos perante o Tribunal Superior Eleitoral.....	103
4.9	Recursos das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	106
4.10	As súmulas do Tribunal Superior Eleitoral.....	107
5.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES	109
5.1	Conceito	109
5.2	Cabimento	111

5.3	Prazo para interposição.....	113
5.4	Embargos infringentes	114
6.	AGRAVO DE INSTRUMENTO	116
6.1	Conceito	116
6.2	Prazo para interposição.....	119
6.3	Interposição	119
6.4	Trasladação de peças	121
6.5	Multa como pena pela intempestividade.....	121
7.	RECURSO CONTRA A DIPLOMAÇÃO	123
7.1	Introdução	123
7.2	Natureza do recurso	124
7.3	Cabimento	127
7.4	Prazo para interposição.....	128
7.5	Qualidade para recorrer	130
7.6	Hipóteses de cabimento do recurso.....	133
7.6.1	Inelegibilidade ou incompatibilidade do candidato	133
7.6.2	Errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional	140
7.6.3	Erro de fato ou de direito na apuração final	143
7.6.4	Contradição com a prova dos autos	144
7.6.5	Efeitos do recurso	146
8.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	147
8.1	Considerações gerais	147
8.2	Irrecorribilidade das decisões do TSE	150
8.3	Divergências no STF	150
8.4	Decisões administrativas.....	153
8.5	Interposição	153
9.	MANDADO DE SEGURANÇA, <i>HABEAS CORPUS</i> , <i>HABEAS DATA</i> E MANDADO DE INJUNÇÃO NA JUSTIÇA ELEITORAL.....	155
9.1	O mandado de segurança no processo eleitoral.....	155

9.2	Direito líquido e certo	160
9.3	As partes	161
9.4	Os candidatos, como parte legítima	163
9.5	As autoridades coatoras	164
9.6	Competência para o julgamento	167
9.7	Recursos em mandado de segurança	169
9.8	Mandado de segurança coletivo	171
9.9	O <i>habeas corpus</i>	172
9.10	Competência da Justiça Eleitoral	176
9.10.1	Competência dos juízes eleitorais.....	176
9.10.2	Competência dos Tribunais Regionais.....	178
9.10.3	Competência do Tribunal Superior.....	178
9.11	Prazos para impetração e recursos	180
9.11.1	Recursos perante os juízes eleitorais	181
9.11.2	Recursos perante os TRE.....	181
9.11.3	Recurso perante o TSE	181
9.11.4	Outros recursos	182
9.12	<i>Habeas corpus</i> liminar	182
9.13	Crimes eleitorais	183
9.14	<i>Habeas data</i>	183
9.15	Mandado de injunção	185
10.	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	188
10.1	A ação	188
10.2	Processo da ação	189
10.3	As partes	193
10.4	Prazos	195
10.5	Recurso.....	195
10.6	Competência	202
10.7	Provas	204
10.8	Ação e recurso contra diplomação	205
10.9	O segredo de justiça	206

10.10 Da reconvenção.....	208
10.11 Inelegibilidade como decorrência da procedência da ação ..	209
10.12 Ação rescisória	210
11. PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES ELEITORAIS	212
11.1 Competência.....	212
11.2 Crimes eleitorais e políticos	213
11.3 Ação penal pública	215
11.4 Processo dos crimes eleitorais	218
11.5 Competência dos TRE e do TSE	220
11.6 Espécies de recursos.....	223
11.7 Agravo de instrumento.....	225
11.8 Recurso extraordinário	226
11.9 Revisão criminal.....	226
11.10 Das exceções	228
11.11 Reabilitação.....	228
11.12 Crime em plebiscito	231
11.13 Suspensão condicional do processo	233
12. DAS INELEGIBILIDADES.....	235
12.1 Introdução	235
12.2 Conceito de inelegibilidade.....	236
12.3 Incompatibilidades	239
12.4 Condições de elegibilidade.....	239
12.5 A LC 64, de 18.05.1990 e LC 135, de 04.06.2010.....	240
12.6 Perda de mandato eletivo gera inelegibilidade.....	240
12.7 Os Municípios e a definição de casos de perda de mandatos locais.....	245
12.8 Abuso do poder econômico ou político.....	246
12.9 Condenação criminal	247
12.10 As contas dos administradores públicos.....	247
12.11 Irregularidade insanável.....	249

12.12	Decisão irrecorrível.....	250
12.13	Arguições de inelegibilidades.....	252
12.14	Legitimação para impugnação.....	252
12.15	Prazo para impugnação.....	252
12.16	Prazo para contestação.....	252
12.17	Prazo para recurso.....	253
12.18	Representação à Justiça Eleitoral.....	253
BIBLIOGRAFIA.....		255
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		261